

Brasil quer converter metade da dívida em títulos

Externa Almir Veiga

BRASÍLIA — A proposta brasileira para a renegociação da dívida de US\$ 70 bilhões com os bancos privados estrangeiros está pronta e consiste na divisão em partes iguais do estoque devido com tratamento diferente para cada uma: metade a ser renegociada de forma convencional e o restante transformado em títulos com a garantia do governo e deságio (desconto) de, no máximo, 30%.

Na prática, a emissão de novos títulos (uma espécie de nota promissória, que ficaria em poder dos bancos) e o deságio vão representar para o Brasil a obtenção de dinheiro novo sem a necessidade de contrair novos empréstimos. A proposta do governo consiste ainda em manter fixos os juros sobre o total que será transformado em títulos, com o compromisso brasileiro de efetuar pagamentos extras de juros (que serão negociados com os credores) para compensar o deságio e garantir aos bancos a quitação da dívida a longo prazo.

Trata-se de uma proposta inovadora, absolutamente profissional e tecnicamente competente, que não representa nenhuma violência ao mercado nem prejuízo para os bancos e poderá reintegrar o Brasil ao sistema financeiro internacional — afirmou o ministro Bresser Pereira, anunciando a proposta que será apresentada aos bancos no fim do mês e, tão logo se encerrarem as negociações, o governo suspenderá a moratória e tentará fazer um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), para facilitar a integração do Brasil na comunidade econômica internacional.

O ministro explicou também que a proposta da conversão da dívida está mantida e depende apenas de regulamentação do governo, devendo ser feita possivelmente através de títulos. Um assessor de Bresser Pereira esclareceu ainda que a negociação convencional deverá ser feita visando a obter um prazo de 20 anos, com 12 de carência, além de redução dos juros e *spread* (taxa de risco) zero.

Críticas — Bresser — que embarcou ontem para Viena para participar de uma reunião promovida periodicamente por congressistas americanos para a discussão da dívida externa — criticou duramente os segmentos políticos brasileiros que não querem negociar.

Os radicais acham que não se deve pagar a dívida, mas isso é porque eles querem apenas se opor aos Estados Unidos e aos sistema financeiro internacional. Nosso objetivo é oposto — afirmou o ministro, enfatizando que tem o aval do presidente José Sarney para negociar, independentemente da postura do PMDB: “Convenci o presidente, que me deu todo apoio. Isso é que é importante.”

A necessidade de negociar a dívida e chegar a um acordo que favoreça tanto os países credores como os devedores é o tema principal da conferência que Bresser fará em Viena, amanhã. Segundo o ministro, os bancos credores precisam entender definitivamente que “boa parte da dívida dos países do Terceiro Mundo é incobrável; então, é preciso negociar”.

Bresser vai lembrar aos representantes dos países credores que o problema

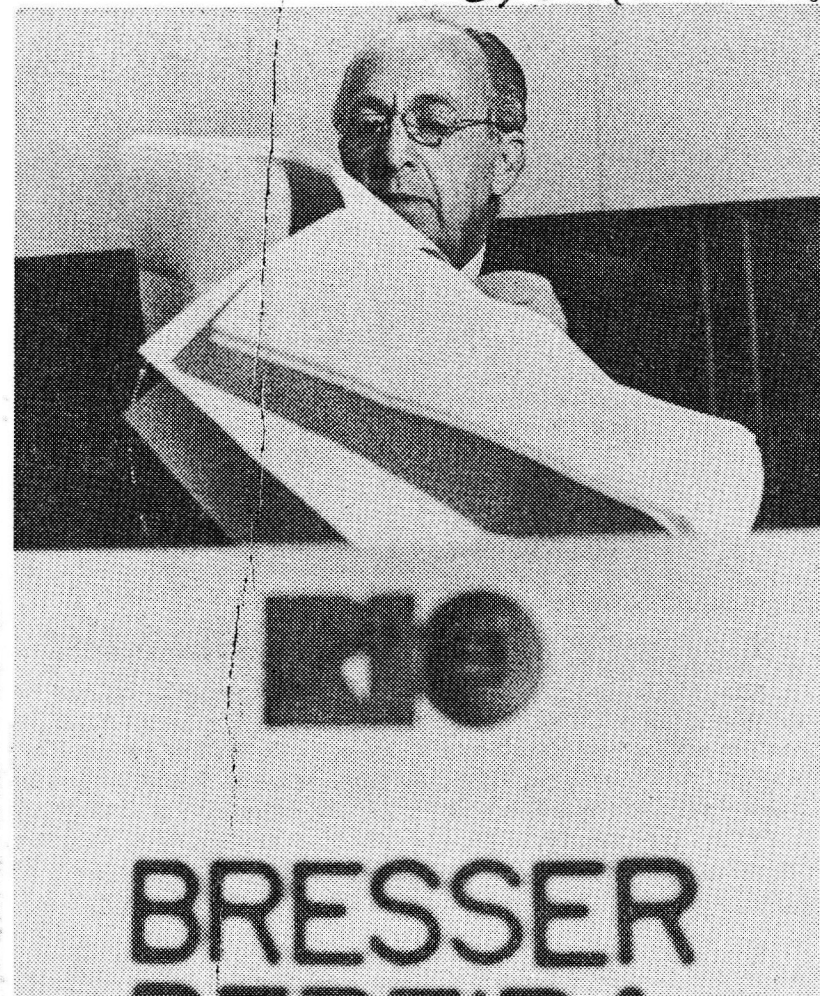
do endividamento dos países devedores tem piorado nos últimos cinco anos, sobretudo os da América Latina, onde a taxa de investimentos caiu cerca de 5% no período, freando o crescimento econômico desses países.

Para o ministro, a forma que vem sendo utilizada pelos países e bancos credores para renegociar a dívida não resolveu o problema de ninguém e também vem prejudicando os credores.

Estagnação — Na conferência em Viena, Bresser dirá ainda que, com exceção do Brasil, todos os outros países latino-americanos estão com sua economia estagnada há cinco anos e que chega a oito o número dos que suspenderam o pagamento dos juros por falta de condições financeiras para honrar seus compromissos.

O parâmetro usado por Bresser é a relação entre as exportações e o total da dívida. Segundo ele, o índice máximo aceitável para o limite de endividamento é o dobro do que cada país exporta. Em 1982, a dívida brasileira era três vezes o volume das exportações e, hoje, já ultrapassa o quádruplo. Para os US\$ 24 bilhões que o país deverá exportar esse ano, existe uma dívida que supera US\$ 115 bilhões, o que, segundo Bresser, é inadmissível.

Outra questão mencionada por Bresser: os acordos feitos com o FMI pela Argentina, México e Filipinas não têm surtido efeitos positivos para nenhum dos três, o que demonstra, em sua opinião, que as regras de negociação têm que ser alteradas.



O ministro teme que o país perca o “trem da história”